



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

26 de abril de 2019

Proposta da Administração

Sumário

| | |
|---|----|
| Edital de Convocação..... | 2 |
| Assembleia Geral Ordinária | |
| Item A – Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018..... | 4 |
| Item B – Deliberação sobre a proposta da Administração para a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2019..... | 5 |
| Item C – Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o período de 26 de abril de 2019 a 26 de abril de 2021..... | 7 |
| Item D – Fixação da remuneração global anual dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário..... | 8 |
| Assembleia Geral Extraordinária | |
| Item A – Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do capital social da importância de R\$ 370.631.609,00, para a importância de R\$ 453.185.281,00, mediante incorporação de reserva legal, reserva de correção especial do ativo imobilizado, reserva de lucros retidos para investimentos e reserva de incentivos governamentais..... | 10 |
| Item B – Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social..... | 12 |
| Anexo I – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)..... | 13 |
| Anexo II – Assembleia Geral e Administração (Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)..... | 19 |
| Anexo III – Remuneração dos Administradores (Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)..... | 29 |
| Anexo IV – Aumento de Capital (Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09)..... | 42 |
| Anexo V – Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao art. 9º da Instrução CVM nº 481/09 (Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)..... | 46 |

**Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
SANASA Campinas**

CPNJ nº 46.119.855/0001-37

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Edital de Convocação**

Estão convocados os senhores acionistas da **Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA Campinas**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 08h30, no Salão Atibaia – ASA 4 da Sede Social da empresa, situada na Avenida da Saudade nº 500, Ponte Preta, Campinas (SP), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I. Assembleia Geral Ordinária (AGO):

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.
- b) Deliberação sobre a proposta da Administração para a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2019.
- c) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o período de 26/04/2019 a 26/04/2021.
- d) Fixação da remuneração global anual dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

II. Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

- a) Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do capital social da importância de R\$ 370.631.609,00, para a importância de R\$ 453.185.281,00, mediante incorporação de reserva legal, reserva de correção especial do ativo imobilizado, reserva de lucros retidos para investimentos e reserva de incentivos governamentais.

- b) Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social.

Campinas, 9 de abril de 2019.

Pedro Benedito Maciel Neto
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM A

Prestação de Contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2018, foram publicados no jornal Correio Popular de Campinas e Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) em 26/03/2019, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/76.

Também estão disponíveis para consulta nos sites www.sanasa.com.br e www.cvm.gov.br.

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM B

Deliberação sobre a Proposta da Administração para a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2019

Senhores Acionistas,

As demonstrações financeiras da SANASA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentam um lucro líquido de R\$ 162.533.472,82 (cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Com base no artigo 192 da Lei nº 6.404/76, o Conselho de Administração está propondo a esta Assembleia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que, do referido lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja destinada a importância de R\$ 80.006.678,85 (oitenta milhões, seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) como remuneração aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, correspondendo a 56,36% do lucro básico para fins de dividendo, nos termos do artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração também propõe aos acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que do lucro líquido do exercício sejam destinados R\$ 82.526.793,97 (oitenta e dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos) para a constituição de reservas, sendo R\$ 61.949.944,86 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) em reserva de retenção de lucros para fazer frente aos investimentos previstos para 2019, em conformidade com a programação anual de investimentos elaborada pela Companhia, R\$ 13.105.447,86 (treze milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos) em reserva de incentivos governamentais e R\$ 7.471.401,25 (sete

milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e um reais e vinte e cinco centavos) em reserva legal.

O Anexo I contém informações sobre a destinação do lucro líquido, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 9º, § 1º, Inciso II).

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM C

Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o período de 26 de abril de 2019 a 26 de abril de 2021

Senhores Acionistas,

Conforme definido no artigo 34 do Estatuto Social, a Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, com poderes, atribuições e qualificações definidas no Estatuto e na Lei nº 6.404/76, no que couber, composto de 03 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, residentes no país, acionistas ou não, eleitos para um mandato de até 02 (dois) anos pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 02 (duas) reconduções consecutivas.

A Administração da Companhia recomenda a eleição dos seguintes candidatos para a composição do Conselho Fiscal, com mandato até 26 de abril de 2021:

| Nome | Cargo |
|--------------------------------|-------------------------------|
| Luis Augusto Michelim da Silva | Conselheiro Fiscal (efetivo) |
| Celso Lapa Vettori | Conselheiro Fiscal (efetivo) |
| Reinaldo Campanholi | Conselheiro Fiscal (efetivo) |
| João Roberto Lima | Conselheira Fiscal (suplente) |
| Adriano Elias Brito | Conselheiro Fiscal (suplente) |
| Luiz Antonio Salvador | Conselheiro Fiscal (suplente) |

O Anexo II contém informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal, conforme exigido no artigo 10 da Instrução CVM 481/09.

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM D

Fixação da Remuneração Global Anual dos Administradores, Membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário

Senhores Acionistas,

O parágrafo 4º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia determina que “a **Assembleia Geral fixará os honorários** e demais vantagens **da Diretoria Executiva** e as **remunerações do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário**”.

A lei 6.404 de 15/12/1976 (Lei das Sociedades por Ações), através do artigo 152, atribui à assembleia geral a responsabilidade pela fixação da remuneração global ou individual dos administradores (Diretoria e Conselho de Administração), conforme destacado abaixo:

*“Art. 152. A **assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores**, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.”*

No que se refere à remuneração dos Conselheiros Fiscais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a remuneração mínima a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, que não poderá ser inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, conforme abaixo:

“Art. 162 - § 3º A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.”

O artigo 1º do Decreto Municipal nº 17.673 de 13/08/2012, por sua vez, estabelece a remuneração máxima que é devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme a seguir:

“Art. 1º - A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista municipais não pode exceder a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média de seus diretores.”

Diante do exposto, a Administração propõe o montante global de até R\$ 5.476.671,13 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e treze centavos) para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício de 2019, assim distribuída:

| Órgãos | Remuneração Global Anual |
|---------------------------------|--------------------------|
| Conselho de Administração | R\$ 469.366,62 |
| Conselho Fiscal | R\$ 203.604,75 |
| Diretoria | R\$ 4.600.095,01 |
| Comitê de Auditoria Estatutário | R\$ 203.604,75 |

O Anexo III apresenta as informações relativas à remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia nos três últimos exercícios sociais, bem como a previsão para o exercício social corrente, conforme determina o item 13 do Formulário de Referência (Art. 12 da Instrução CVM 481).

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM A

Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do Capital Social da importância de R\$ 370.631.609,00, para a importância de R\$ 453.185.281,00, mediante incorporação de Reserva Legal, Reserva de Correção Especial do Ativo Imobilizado, Reserva de Lucros retidos para Investimentos e Reserva de Incentivos Governamentais

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação desta Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a proposta de incorporação ao capital de reservas no montante de R\$ 82.553.672,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos e setenta e dois reais), sendo R\$ 7.471.401,25 (sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e um reais e vinte e cinco centavos) de reserva legal, R\$ 26.878,03 (vinte e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e três centavos) de reserva de correção especial do ativo imobilizado (Lei nº 8.200/91), R\$ 61.949.944,86 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) de reserva de lucros para investimentos e R\$ 13.105.447,86 (treze milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos) de reserva de incentivo governamental.

Em consequência, deverá ser alterado o artigo 3º do Estatuto da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: “Art. 3º O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 453.185.281,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentos e oitenta e um reais), dividido em 453.185.281 (quatrocentas e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real)”.

O Anexo IV contém informações sobre a proposta de Aumento de Capital, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 14).

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM B

Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação desta Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a proposta de alteração no Estatuto Social, conforme a seguir especificado:

Artigo 3º - Do Capital Social:

Redação Atual: “O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 370.631.609,00** (trezentos e setenta milhões, seiscentos e trinta e um mil e seiscentos e nove reais), dividido em **370.631.609** (trezentas e setenta milhões, seiscentas e trinta e um mil e seiscentas e nove) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).”.

Proposta de Nova Redação: “O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 453.185.281,00** (quatrocentos e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentos e oitenta e um reais), dividido em **453.185.281** (quatrocentas e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).”.

Campinas, 26 de março de 2019.

A Administração

ANEXO I
Destinação do Lucro Líquido
(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

| Descrição | R\$ |
|--|-----------------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 162.533.472,82 |
| (-) Reserva de Incentivo Governamental | (13.105.447,86) |
| (=) Base de Cálculo para a Reserva Legal | 149.428.024,96 |
| (-) Reserva Legal de 5% (art. 193 da Lei nº 6.404/76) | (7.471.401,25) |
| (=) Base de Cálculo dos Dividendos | 141.956.623,71 |
| (-) Dividendos Mínimos Obrigatórios 6% (inciso II do artigo 40 do Estatuto Social) | (8.517.397,42) |
| (-) Dividendos Adicionais e Juros sobre o Capital Próprio | (71.489.281,43) |
| (=) Lucro após Distribuição de Dividendos | 61.949.944,86 |
| (-) Reserva de Lucros para Investimentos | (61.949.944,86) |
| (=) Lucro Acumulado após Destinação | - |

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 162.533.472,82

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

| | |
|--|---------------|
| Montante Global dos Dividendos – em reais (a) | 80.006.678,85 |
| Quantidade de Ações (b) | 370.631.609 |
| Valor por Ação dos Dividendos – em reais (a/b) | 0,2159 |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

| | |
|---|----------------|
| Base de Cálculo dos Dividendos – em reais (a) | 141.956.623,71 |
| Dividendos – em reais (b) | 80.006.678,85 |
| Percentual [(b/a)×100] | 56,36% |

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

| Descrição | Valores em Reais ** | | |
|----------------------------|---------------------|---------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2013 |
| Total de Dividendos e JCP* | 85.007.093,50 | 23.901.995,00 | 4.700.000,00 |
| Por Ação | 0,2527 | 0,0750 | 0,0118 |

* Juros sobre o Capital Próprio

** Nos exercícios de 2014 e 2015 não houve distribuição de dividendos e JCP, pois a empresa apurou prejuízo líquido

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

R\$ 80.006.678,85 (oitenta milhões, seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

- Informar a data dos respectivos pagamentos:

Dividendos Intermediários:

Acionistas Minoritários: R\$ 500,90 em 26/07/2018; R\$ 3.338,35 em 21/11/2018; R\$ 834,60 em 29/01/2019.

Acionista Majoritária: R\$ 6.002.005,00 em 26/07/2018; R\$ 40.000.000,00 em

21/11/2018 e R\$ 10.000.000,00 em 29/01/2019.

Juros sobre o Capital Próprio:

Acionistas Minoritários: R\$ 2.005,00 em 26/07/2018;

Acionista Majoritária: R\$ 23.997.995,00 em 26/07/2018.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Respostas aos itens (a) e (b):

| Descrição | Exercícios sociais encerrados em: ** | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2016 | 2013 |
| Lucro Líquido do Exercício (a) | 162.533.472,82 | 119.175.903,78 | 78.816.977,39 | 18.307.474,04 |
| Dividendos e JCP* distribuídos (b) | 80.006.678,85 | 85.007.093,50 | 23.901.995,00 | 4.700.000,00 |
| Quantidade de Ações (c) | 370.631.609 | 336.429.868 | 318.747.898 | 397.507.089 |
| Lucro Líquido por Ação (a/c) | 0,4385 | 0,3542 | 0,2473 | 0,0461 |
| Dividendos e JCP por Ação (b/c) | 0,2159 | 0,2527 | 0,0750 | 0,0118 |

* Juros sobre o Capital Próprio

** A empresa apurou prejuízo líquido nos exercícios de 2014 e 2015

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal: R\$ 7.471.401,25

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

| Descrição | Valor em Reais |
|--|-----------------|
| Lucro Líquido do Exercício (a) | 162.533.472,82 |
| (-) Reserva de Incentivo Governamental (b) | (13.105.447,86) |
| (=) Base de Cálculo da Reserva Legal (c = a - b) | 149.428.024,96 |
| Reserva Legal (c x 5%) | 7.471.401,25 |

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Resposta aos itens (a), (b), (c), (d) e (e): Não aplicável, pois o capital social é representado por ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

O dividendo mínimo obrigatório é de 6% (seis por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções determinadas ou admitidas por lei, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

- b) **Informar se ele está sendo pago integralmente:**

Sim

- c) **Informar o montante eventualmente retido:**

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a) **Informar o montante da retenção**
- b) **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c) **Justificar a retenção dos dividendos**

Resposta aos itens (a), (b) e (c): Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) Identificar o montante destinado à reserva
- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c) Explicar porque a perda foi considerada provável
- d) Justificar a constituição da reserva

Resposta aos itens (a), (b), (c) e (d): Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Resposta aos itens (a) e (b): Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b) Identificar o montante destinado à reserva
- c) Descrever como o montante foi calculado

Resposta aos itens (a), (b) e (c): Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificar o montante da retenção:

O montante da retenção de lucros proposto para deliberação dos acionistas é de R\$ 61.949.944,86 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

- b) Fornecer cópia do orçamento de capital:

| Investimentos | R\$ |
|-----------------------------|-----------------------|
| Sistema Operativo de Água | 54.469.695,91 |
| Sistema Operativo de Esgoto | 109.782.228,58 |
| Outros | 27.587.568,01 |
| Total | 191.839.492,51 |

| Recursos | R\$ |
|--------------|-----------------------|
| Próprios | 52.087.977,21 |
| Terceiros | 139.751.515,30 |
| Total | 191.839.492,51 |

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva:

R\$ 13.105.447,86 (treze milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

b) Explicar a natureza da destinação:

Subvenções oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas (REÁGUA), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Unicamp que foram reconhecidas no resultado do exercício de 2018, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

ANEXO II
Assembleia Geral e Administração
(Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

| | |
|----|---|
| a. | Nome: Luis Augusto Michelim da Silva |
| b. | Data de nascimento: 18/10/1962 |
| c. | Profissão: Analista de Sistemas |
| d. | CPF ou número do passaporte: 060.092.798-95 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Efetivo) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce outras funções no emissor |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 6 (seis) mandatos |
| m. | Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor <ul style="list-style-type: none">• <i>Formação:</i> Formado em Análise de Sistemas pela PUC Campinas em 1984; MBA em Gestão Hospitalar pela Unicamp em 1999 e MBA em Economia e Gestão em Saúde pela Unifesp em 2003.• <i>Atuação Profissional:</i> Desde 2011 é Assessor de Gabinete no Departamento Regional de Saúde DRS-VII – SES – Campinas. |
| n. | Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não |

| | |
|----|---|
| a. | Nome: Celso Lapa Vettori |
| b. | Data de nascimento: 06/03/1945 |
| c. | Profissão: Engenheiro Mecânico e Civil |
| d. | CPF ou número do passaporte: 034.893.968-04 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Efetivo) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Foi Coordenador do Setor de Pitometria e Macromedicação da SANASA |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 6 (seis) mandatos |
| | Informações sobre: iii.principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor m. iv.indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor <ul style="list-style-type: none">• <i>Formação:</i> Graduação em Engenharia Civil pela PUC Campinas em 1977 e em Engenharia Mecânica pela Unicamp em 1974.• <i>Atuação Profissional:</i> Entre 1994 a 2006 atuou nas áreas de Manutenção e Controle de Perdas da SANASA. |
| | Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: iv.qualquer condenação criminal: não n. v. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não vi.qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não |

| | |
|----|---|
| a. | Nome: Reinaldo Campanholi |
| b. | Data de nascimento: 19/12/1964 |
| c. | Profissão: Advogado |
| d. | CPF ou número do passaporte: 074.253.698-00 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Efetivo) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce outras funções no emissor |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 2 (dois) mandatos |
| m. | <p>Informações sobre:</p> <p>v. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p> <p>vi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Formação:</i> Pós Graduação em Direito Civil e Processo Civil (Concluído-2009) IEPG / INESP/ FAJ – Instituto Êxito de Pós Graduação / Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa / Faculdade de Jaguariúna. -Superior em Direito (Concluído - 2005) - UNIP – Universidade Paulista – Campinas. • <i>Atuação Profissional:</i> - 02/08 - Atual: R&R Campanholi Advogados – Assessoria e Consultoria Jurídica - Advogado. Sócio Proprietário. - 11/03 - 01/08: Volkswagen do Brasil (Selpa/Provedor Logístico) - Supervisor de Planejamento de Op. Logísticas. - 03/03 - 10/03: Tempo Distribuidora de Veículos Ltda. - Consultor Comercial - 08/00 - 02/03: Forte Veículos Ltda. - Consultor Comercial - 08/98 - 08/00: Grupo ALPINI - Consultor Comercial - 07/95 - 07/98: Thermo King do Brasil Ltda. - Supervisor de Assistência Técnica e Garantia - 04/94 - 07/95: Franho Máquinas e Equipamentos Ltda. - Supervisor de Qualidade - 03/85 - 11/93: Rockwell Braseixos S.A - Supervisor de Qualidade / Produção - 07/78 - 01/84: Cobrasma S.A - Auditor Técnico de Qualidade. |
| n. | <p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>vii. qualquer condenação criminal: não</p> <p>viii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não</p> <p>ix. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não</p> |

| | |
|----|--|
| a. | Nome: João Roberto Lima |
| b. | Data de nascimento: 08/10/1948 |
| c. | Profissão: Advogado |
| d. | CPF ou número do passaporte: 455.449.568-04 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Suplente) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce outras funções no emissor |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 6 (seis) mandatos |
| m. | Informações sobre: vii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor viii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor <ul style="list-style-type: none">• <i>Formação:</i> Graduação em Direito pela PUC Campinas.• <i>Atuação Profissional:</i> Atuou como advogado na Procuradoria Geral da Unicamp até 2003. |
| n. | Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: x. qualquer condenação criminal: não xi. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não xii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não |

| | |
|----|---|
| a. | Nome: Adriano Elias Brito |
| b. | Data de nascimento: 17/07/1984 |
| c. | Profissão: Contador |
| d. | CPF ou número do passaporte: 225.618.018-29 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Suplente) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce outras funções no emissor |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 0 (zero) mandatos |
| m. | Informações sobre: ix. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor x. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor <ul style="list-style-type: none">• <i>Formação:</i> Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Campinas.• <i>Atuação Profissional:</i> Sócio da empresa Capital Prime Assessoria Contábil. |
| n. | Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: xiii. qualquer condenação criminal: não xiv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não xv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não |

| | |
|----|---|
| a. | Nome: Luiz Antonio Salvador |
| b. | Data de nascimento: 22/06/1948 |
| c. | Profissão: Economista |
| d. | CPF ou número do passaporte: 165.128.128-91 |
| e. | Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal (Suplente) |
| f. | Data de eleição: 26/04/2019 |
| g. | Data da posse: 26/04/2019 |
| h. | Prazo do mandato: 26/04/2021 |
| i. | Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce outras funções no emissor |
| j. | Se eleito pelo controlador ou não: sim |
| k. | Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não |
| l. | Número de mandatos consecutivos: 0 (zero) mandatos |
| m. | Informações sobre: xi. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor xii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor <ul style="list-style-type: none">• <i>Formação:</i> Graduado em Ciências Econômicas.• <i>Atuação Profissional:</i> Gerente Administrativo-financeiro da Patrulheiros Campinas (atual); Gerente da Telesp (1976-1998). |
| n. | Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: xvi. qualquer condenação criminal: não xvii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não xviii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não |

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

| Membro do Conselho Fiscal | Total de Reuniões realizadas pelo Conselho de Fiscal desde a posse do Conselheiro | Percentual de participação do membro nas Reuniões realizadas após a posse |
|--|--|--|
| Luis Augusto Michelim da Silva (efetivo) | 12 | 100,00% |
| Celso Lapa Vettori (efetivo) | 12 | 100,00% |
| Reinaldo Campanholi (efetivo) | 12 | 100,00% |

Obs.: os Conselheiros Fiscais tomaram posse no dia 27/04/2018. A partir desta data até 26/03/2019 foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

As competências, atribuições, funcionamento, forma de composição e demais características do Comitê de Auditoria Estatutário estão detalhadas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, entretanto, não foram nomeados até a data de 26/03/2019.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia não foram nomeados até a data de 26/03/2019, razão pela qual não foram realizadas reuniões do respectivo órgão.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e controladores diretos ou indiretos.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:

Não aplicável.

b) controlador direto ou indireto do emissor:

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos 3 (três) últimos exercícios sociais entre administradores da Companhia e controlador direto ou indireto do emissor.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não aplicável. Não há acordos e apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.12. Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo

A SANASA possui uma Gerência de Governança Corporativa e segue as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), bem como todos os requisitos da Lei nº 13.303/2016, adotando as seguintes práticas:

- Possui apenas ações ordinárias
- Conselho Fiscal
- Conselho de Administração
O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é composto de 07 membros, acionistas residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.
- Segregação das funções de presidente do Conselho e Diretor- Presidente
- Auditoria Independente
- Auditoria Interna
- Gestão de Sustentabilidade / Relatório padrão GRI
- Portal da Transparência
- Ouvidoria
- Gestão de Riscos Corporativos
- Comitê de Ética

- Código de Conduta
- Programa de *Compliance* com canal de denúncias, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18/12/2018.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

ANEXO III
Remuneração dos Administradores
(Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional.

b) composição da remuneração, indicando:

- i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- ii. **em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- iii. **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- iv. **razões que justificam a composição da remuneração**
- v. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

Conselhos de Administração e Fiscal:

No que se refere à remuneração dos Conselheiros Fiscais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a remuneração mínima a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, que não poderá ser inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, conforme abaixo:

“Art. 162 - § 3º A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.”

O artigo 1º do Decreto Municipal nº 17.673 de 13/08/2012, por sua vez, estabelece a remuneração máxima que é devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme a seguir:

*“Art. 1º - A **remuneração** mensal **devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal** das empresas públicas e das sociedades de economia mista municipais **não pode exceder a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média de seus diretores.**”*

A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total dos membros do Conselho de Administração em relação aos três últimos exercícios (2018, 2017 e 2016):

| Componente da Remuneração | Participação % 2018 | Participação % 2017 | Participação % 2016 |
|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Salário ou pró-labore | 83,33% | 83,33% | 83,33% |
| Benefícios Direto e Indireto | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outros (Encargos) | 16,67% | 16,67% | 16,67% |

A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total dos membros do Conselho Fiscal em relação aos três últimos exercícios sociais (2018, 2017 e 2016):

| Componente da Remuneração | Participação % 2018 | Participação % 2017 | Participação % 2016 |
|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Salário ou pró-labore | 83,33% | 83,33% | 83,33% |
| Benefícios Direto e Indireto | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outros (Encargos) | 16,67% | 16,67% | 16,67% |

Diretoria:

A remuneração dos diretores refere-se a uma parcela fixa mensal, reajustada anualmente de acordo com o índice utilizado para reajustar a folha de pagamento dos funcionários. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia. Além disso, os diretores também têm direito aos mesmos benefícios dos funcionários que têm como objetivo dar tranquilidade aos executivos e seus dependentes em questões fundamentais. A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos

exercícios sociais (2018, 2017 e 2016):

| Componente da Remuneração | Participação % 2018 | Participação % 2017 | Participação % 2016 |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Salário ou pró-labore | 76,38% | 75,80% | 75,45% |
| Benefícios Direto e Indireto | 4,57% | 4,69% | 4,45% |
| Outros (Encargos) | 19,05% | 19,51% | 20,09% |

A Companhia não possui membros não remunerados nos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não aplicável

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não aplicável

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia assegura uma remuneração sustentável, sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não aplicável

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2019):

| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria | Total |
|--------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Remuneração Fixa: | 469.366,62 | 203.604,75 | 4.600.095,01 | 5.273.066,38 |
| • Salário ou pró-labore | 391.138,99 | 169.670,68 | 3.472.349,73 | 4.033.159,40 |
| • Benefícios Direto e Indireto | 0,00 | 0,00 | 242.492,50 | 242.492,50 |
| • Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| • Outros (Encargos) | 78.227,63 | 33.934,07 | 885.252,78 | 997.414,48 |
| Remuneração Variável: | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Participações de resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Participações em reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios Pós Emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cessação do Cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Baseada em Ação | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total da Remuneração | 469.366,62 | 203.604,75 | 4.600.095,01 | 5.273.066,38 |
| Número de Membros | 7 | 3 | 5 | 15 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 | 15 |

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria | Total |
|--------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Remuneração Fixa: | 426.696,93 | 185.095,23 | 3.953.630,10 | 4.565.422,26 |
| • Salário ou pró-labore | 355.580,90 | 154.246,08 | 3.019.767,39 | 3.529.594,37 |
| • Benefícios Direto e Indireto | 0 | 0 | 180.684,13 | 180.684,13 |
| • Participações em comitês | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Outros (Encargos) | 71.116,03 | 30.849,15 | 753.178,58 | 855.143,76 |
| Remuneração Variável: | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Participações de resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Participações em reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios Pós Emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cessação do Cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Baseada em Ação | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total da Remuneração | 426.696,93 | 185.095,23 | 3.953.630,10 | 4.565.422,26 |
| | | | | |
| Número de Membros | 7 | 3 | 5 | 15 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 | 15 |

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria | Total |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Remuneração Fixa Anual: | 413.923,84 | 174.674,66 | 3.940.259,68 | 4.528.858,18 |
| • Salário ou pró-labore | 344.936,44 | 145.562,18 | 2.986.831,62 | 3.477.330,24 |
| • Benefícios Diretos e Indiretos | - | - | 184.755,23 | 184.755,23 |
| • Participações em comitês | - | - | - | - |
| • Outros (Encargos) | 68.987,40 | 29.112,48 | 768.672,83 | 866.772,71 |
| Remuneração Variável: | - | - | - | - |
| • Bônus | - | - | - | - |
| • Participação nos resultados | - | - | - | - |
| • Participação em reuniões | - | - | - | - |
| • Comissões | - | - | - | - |
| • Outros | - | - | - | - |
| Benefícios Pós Emprego | - | - | - | - |
| Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - | - |
| Remunera o Baseada em A o | - | - | - | - |
| Total da Remunera o | 413.923,84 | 174.674,66 | 3.940.259,68 | 4.528.858,18 |
| Número Total de Membros | 7 | 3 | 5 | 15 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 | 15 |

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria | Total |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Remuneração Fixa Anual: | 403.270,06 | 160.974,75 | 3.703.700,75 | 4.267.945,56 |
| • Salário ou pró-labore | 336.058,10 | 134.145,52 | 2.794.559,01 | 3.264.762,63 |
| • Benefícios Diretos e Indiretos | - | - | 164.973,39 | 164.973,39 |
| • Participações em comitês | - | - | - | - |
| • Outros (Encargos) | 67.211,96 | 26.829,23 | 744.168,35 | 838.209,54 |
| Remuneração Variável: | - | - | - | - |
| • Bônus | - | - | - | - |
| • Participação nos resultados | - | - | - | - |
| • Participação em reuniões | - | - | - | - |
| • Comissões | - | - | - | - |
| • Outros | - | - | - | - |
| Benefícios Pós Emprego | - | - | - | - |
| Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ação | - | - | - | - |
| Total da Remuneração | 403.270,06 | 160.974,75 | 3.703.700,75 | 4.267.945,56 |
| Número Total de Membros | 7 | 3 | 5 | 15 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 | 15 |

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Não aplicável, pois o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal recebem apenas remuneração fixa.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

Não existe plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.5 Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existe remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existem opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7.

Não aplicável

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão:

| Grupo | Número de Ações | % |
|--|--------------------|-----------------------|
| Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) | 370.600.672 | 99,991652895% |
| COHAB | 6.186 | 0,001669043% |
| EMDEC | 6.186 | 0,001669043% |
| SETEC | 6.186 | 0,001669043% |
| Lauro Pérciles Gonçalves | 6.186 | 0,001669043% |
| Ozair Rizzo | 6.186 | 0,001669043% |
| Pedro Benedito Maciel Neto | 1 | 0,000000270% |
| Arly de Lara Romêo | 1 | 0,000000270% |
| Pedro Cláudio da Silva | 1 | 0,000000270% |
| Wanderley de Almeida | 1 | 0,000000270% |
| Michel Abrão Ferreira | 1 | 0,000000270% |
| José Roberto Sundfeld | 1 | 0,000000270% |
| Agenor Soares | 1 | 0,000000270% |
| Total | 370.631.609 | 100,000000000% |

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

a) Órgão:

b) Número de membros:

| Órgão | Número de Membros | Número de Membros Remunerados |
|---------------------------|-------------------|-------------------------------|
| Conselho de Administração | Não praticado | Não praticado |
| Conselho Fiscal | Não praticado | Não praticado |
| Diretoria | 4 | 4 |

c) Nome do plano:

Plano Misto SANASA, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros).

d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

Não aplicável

e) Condições para se aposentar antecipadamente:

Tendo em vista que os membros da Diretoria Executiva da SANASA podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração, a mensuração do quantitativo ou das condições de aposentadoria fica impossibilitada.

f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

| Órgão | R\$ |
|---------------------------|------------|
| Conselho de Administração | - |
| Conselho Fiscal | - |
| Diretoria | 791.297,15 |

g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

| Órgão | R\$ |
|---------------------------|-----------|
| Conselho de Administração | - |
| Conselho Fiscal | - |
| Diretoria | 80.271,15 |

h) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

De acordo com o artigo 19 do Regulamento do Plano Misto, no caso de cancelamento de inscrição, decorrente da cessação do vínculo empregatício com a SANASA, será assegurado ao ex-Participante o direito ao Resgate. O Resgate não será permitido caso o Participante já tenha preenchido todas as condições previstas neste Regulamento para recebimento da Renda de Aposentadoria Antecipada. Caso o ex-Participante vier a falecer sem ter recebido o valor do Resgate, tal direito será transferido aos herdeiros ou legatários.

O valor do Resgate corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo das seguintes contas:

- Conta Contribuições Ordinárias Benefícios Programáveis;
- Conta Contribuições Opcionais;
- Subconta Individual Serviço Passado Participante;

O Resgate será pago em cota única ou, por opção única e exclusiva do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas mensalmente pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal para os últimos 3 exercícios sociais:

A remuneração individual inclui a remuneração base (honorários ou pró-labore), encargos e benefícios.

| 2018 | | | |
|--|---------------------------|-----------------|------------|
| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria |
| Número de Membros | 7 | 3 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 |
| Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$) | 61.698,41 | 61.698,41 | 944.970,30 |
| Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$) | 61.698,41 | 61.698,41 | 765.974,24 |
| Valor Médio da Remuneração Individual (em R\$) | 61.698,41 | 61.698,41 | 846.920,03 |

Obs.: Durante o ano de 2018, os valores das menores e médios de remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

| 2017 | | | |
|--|---------------------------|-----------------|------------|
| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria |
| Número de Membros | 7 | 3 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 |
| Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$) | 59.852,08 | 64.733,66 | 907.773,58 |
| Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$) | 54.811,36 | 59.852,08 | 677.538,45 |
| Valor Médio da Remuneração Individual (em R\$) | 59.131,98 | 61.479,27 | 779.420,64 |

Obs.: Durante o ano de 2017, os valores das menores e médios de remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

| Exercício de 2016 | | | |
|--|---------------------------|-----------------|------------|
| Descrição | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria |
| Número de Membros | 7 | 3 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 3 | 5 |
| Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$) | 56.912,64 | 56.912,64 | 825.718,89 |
| Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$) | 56.912,64 | 52.031,06 | 696.496,11 |
| Valor Médio de Remuneração Individual (em R\$) | 56.912,64 | 54.471,85 | 740.740,15 |

Obs.: Durante o ano de 2016, os valores das menores e médios de remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

Não são previstos estes tipos de mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, em relação aos três últimos exercícios sociais:

| Órgão | 2018 | 2017 | 2016 |
|---------------------------|---------|---------|---------|
| Conselho de Administração | 71,08% | 71,08% | 71,77% |
| Conselho Fiscal | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Diretoria | 54,12% | 55,91% | 57,09% |

13.14 Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:

Não existe remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Outras informações relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item “13”.

ANEXO IV
Aumento de Capital
(Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09)

1. Informar o valor do aumento e do novo capital social

| Descrição | R\$ |
|---|-----------------------|
| Capital Social desde 27/04/2018 | 370.631.609,00 |
| (+) Reserva Legal 5% (artigo 193 da Lei nº 6.404/76) | 7.471.401,25 |
| (+) Reserva de Correção Especial do Ativo Imobilizado (lei nº 8.200/91) | 26.878,03 |
| (+) Reserva de Lucros Retidos para Investimentos | 61.949.944,86 |
| (+) Reserva de Incentivo Governamental | 13.105.447,86 |
| Nova Expressão do Capital Social Integralizado, a ser deliberada na AGO/E dos acionistas | 453.185.281,00 |

Valor Total da Proposta de Aumento de Capital: R\$ 82.553.672,00

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívidas em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações:

O aumento de capital será realizado mediante a capitalização de reservas de lucros e reservas de capital.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

A proposta de aumento de capital da Companhia não implica em novas emissões de ações, mas capitalização de reservas. O aumento proveniente da capitalização das reservas não traz nenhuma consequência econômica, por tratar-se de transferência de recursos dentro do próprio patrimônio líquido.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

O Parecer do Conselho Fiscal foi publicado juntamente com as Demonstrações Financeiras

no jornal Correio Popular de Campinas e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019. Também está disponível para consulta nos seguintes endereços:

<http://www.sanasa.com.br/document/noticias/2619.pdf>

<http://www.sanasa.com.br/document/noticias/2617.pdf>

Segue abaixo a íntegra do Parecer do Conselho Fiscal:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, sem ressalvas, da Taticca Auditores Independentes S.S., de 8 de março de 2019, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 20 de março de 2019.

**LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA
CELSO LAPA VETTORI
REINALDO CAMPANHOLI**

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações (...)

Não aplicável, pois não houve aumento de capital mediante subscrição de ações.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a) Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas**

Não haverá alteração do valor nominal das ações que será mantido em R\$ 1,00 (um real) por ação. Os acionistas receberão uma bonificação total de 82.553.672 (oitenta e dois milhões, quinhentas e cinquenta e três mil e seiscentas e setenta e duas) novas ações ordinárias e nominativas.

b) Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não aplicável, pois as ações possuem valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

c) Em caso de distribuição de novas ações

i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

82.553.672 ações ordinárias

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

| Acionista | Quantidade de ações * | Participação % |
|--|-----------------------|-------------------|
| Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) | 82.546.782 | 99,99165% |
| COHAB | 1.378 | 0,00167% |
| EMDEC | 1.378 | 0,00167% |
| SETEC | 1.378 | 0,00167% |
| Lauro Péricles Gonçalves | 1.378 | 0,00167% |
| Ozair Rizzo | 1.378 | 0,00167% |
| Pedro Benedito Maciel Neto | - | 0,00000% |
| Arly de Lara Romêo | - | 0,00000% |
| Pedro Cláudio da Silva | - | 0,00000% |
| Wanderley de Almeida | - | 0,00000% |
| Michel Abrão Ferreira | - | 0,00000% |
| José Roberto Sundfeld | - | 0,00000% |
| Agenor Soares | - | 0,00000% |
| Total | 82.553.672 | 100,00000% |

* Quantidade de ações recebidas em bonificação

iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Os acionistas permanecem com os mesmos direitos, vantagens e restrições que

possuíam anteriormente ao recebimento das novas ações.

- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995**

Não aplicável.

- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso**

Não aplicável.

- d) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976:**

Não aplicável.

- e) Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível**

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

ANEXO V

Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao art. 9º da Instrução CVM nº 481/09 (Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

10.1 Condições Financeiras e Patrimoniais

O ano de 2018, a exemplo do anterior, foi marcado por uma lenta retomada da economia. O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2018 cresceu apenas 1,1% frente a 2017, após alta de 1,1% em 2017, e retrações de 3,3% em 2016, e 3,5% em 2015. A Companhia, entretanto, registrou excelentes resultados econômico-financeiros durante o ano, como aumento do lucro líquido de 36,49% em relação a 2017, e aumento da geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, de 22,00%.

No que se refere aos investimentos, em 2018 foram aplicados mais de R\$ 92 milhões em obras nos sistemas de água e esgoto, dentre outros, que serão revertidos em ganhos financeiros, sociais e ambientais para a Companhia e toda a sociedade. Foram cerca de 6 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de 8 mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto. Entre 2013 e 2018 foram investidos mais de R\$ 567 milhões em saneamento no Município de Campinas, sendo a maior parte desse valor aplicado no sistema de esgotamento sanitário.

O quadro a seguir demonstra os principais indicadores do triênio 2016-2018:

| Indicadores | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2017 | Em 31/12/2016 |
|--|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| 1 – Lucro/Prejuízo Líquido em R\$ mil | 162.533 | 119.176 | 78.817 |
| 2 – Receita Líquida em R\$ mil | 918.125 | 846.136 | 766.779 |
| 3 – EBITDA em R\$ mil | 286.600 | 234.922 | 182.885 |
| 4 – Índice Perdas de Faturamento | 12,95% | 11,17% | 12,46% |
| 5 – Índice Perdas na Distribuição | 20,79% | 21,06% | 21,59% |
| 6 – Número de Ligações de Água | 349.693 | 343.168 | 337.173 |
| 7 – Número de Ligações de Esgoto | 325.966 | 317.290 | 310.815 |
| 8 – Volume Faturado de Água (em mil m ³) | 83.520 | 83.450 | 80.933 |
| 9 – Volume Faturado de Esgoto (em mil m ³) | 73.210 | 72.961 | 70.661 |
| 10 – Reajuste Tarifário | 4,52% para as tarifas de água e | 6,61% para as tarifas de água e | 10,67% para as tarifas de água e |

| Indicadores | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2017 | Em 31/12/2016 |
|-------------|--|--|--|
| | esgoto e 4,56% para os demais serviços % | esgoto e 2,80% para os demais serviços % | esgoto e 7,87% para os demais serviços |

Abaixo são apresentadas as análises vertical (A.V.%) e horizontal (A.H.%) da Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

| Demonstração do Resultado | Em 31/12/2018 (em R\$ mil) | A.V.% | Em 31/12/2017 (em R\$ mil) | A.V.% | Em 31/12/2016 (em R\$ mil) | A.V.% |
|------------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| Receita Líquida | 918.125 | 100,00% | 846.136 | 100,00% | 766.779 | 100,00% |
| (-) Custos Serv. Vendidos | -459.586 | -50,1% | -455.724 | -53,9% | -416.091 | -54,3% |
| Lucro Bruto | 458.539 | 49,9% | 390.411 | 46,1% | 350.687 | 45,7% |
| (-) Desp. Operacionais | -282.675 | -30,8% | -262.261 | -31,0% | -273.513 | -35,7% |
| Comerciais | -88.895 | -9,7% | -73.484 | -8,7% | -66.126 | -8,6% |
| Administrativas | -173.566 | -18,9% | -179.675 | -21,2% | -183.013 | -23,9% |
| Resultado Financeiro | -50.757 | -5,5% | -49.567 | -5,9% | -52.358 | -6,8% |
| Outras Receitas | 30.543 | 3,3% | 40.465 | 4,8% | 27.985 | 3,6% |
| Resultado Antes IRPJ e CSLL | 175.864 | 19,2% | 128.150 | 15,1% | 77.174 | 10,1% |
| (-) IRPJ e CSLL | -13.331 | -1,5% | -8.974 | -1,1% | 1.643 | 0,2% |
| Resultado Líquido | 162.533 | 17,7% | 119.176 | 14,1% | 78.817 | 10,3% |

| Demonstração do Resultado | Em 31/12/2018 (em R\$ mil) | A.H.% | Em 31/12/2017 (em R\$ mil) | A.H.% | Em 31/12/2016 (em R\$ mil) | A.H.% |
|---------------------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|
| Receita Líquida | 918.125 | 8,51% | 846.136 | 10,35% | 766.779 | 26,17% |
| (-) Custos Serv. Vendidos | -459.586 | 0,85% | -455.725 | 9,53% | -416.091 | 4,02% |
| Lucro Bruto | 458.539 | 17,45% | 390.411 | 11,33% | 350.687 | 68,83% |
| (-) Desp. Operacionais | -282.675 | 7,78% | -262.261 | -4,11% | -273.513 | 3,07% |
| Comerciais | -88.895 | 20,97% | -73.484 | 11,13% | -66.126 | 23,43% |
| Administrativas | -173.566 | -3,40% | -179.675 | -1,82% | -183.013 | -0,40% |
| Resultado Financeiro | -50.757 | 2,40% | -49.567 | -5,33% | -52.358 | -1,81% |
| Outras Receitas | 30.543 | -24,52% | 40.465 | 44,60% | 27.985 | 10,68% |

| Demonstração do Resultado | Em 31/12/2018 (em R\$ mil) | A.H.% | Em 31/12/2017 (em R\$ mil) | A.H.% | Em 31/12/2016 (em R\$ mil) | A.H.% |
|------------------------------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------|
| Resultado Antes IRPJ e CSLL | 175.864 | 37,23% | 128.150 | 66,05% | 77.174 | -233,86% |
| (-) IRPJ e CSLL | -13.331 | 48,55% | -8.974 | - | 1.643 | -738,59% |
| Resultado Líquido | 162.533 | 36,38% | 119.176 | 51,21% | 78.817 | -236,11% |

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 286.600 mil em 2018, contra R\$ 234.922 mil no ano anterior, o que representa uma evolução de 22,00%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 31,22% em 2018, ante 27,76% em 2017. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 8,51% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações) tiveram um aumento de 3,32%. O quadro a seguir demonstra a evolução do EBITDA e a respectiva Margem EBITDA no triênio 2016-2018:

| Descrição | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2017 | Em 31/12/2016 |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| 1 – Receita Líquida em R\$ mil | 918.125 | 846.136 | 766.779 |
| 2 – EBITDA em R\$ mil | 286.600 | 234.922 | 182.885 |
| 3 – Margem EBITDA em % (2 ÷ 1) | 31,22% | 27,76% | 23,85% |

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou uma redução de 6,41%, passando de R\$ 388.168 mil em 2017, para R\$ 363.274 mil em 2018. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA também teve uma redução de 1,65 vezes, em 2017, para 1,27 vezes em 2018. A tabela a seguir indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

| Descrição | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2017 | Em 31/12/2016 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| 1 – Dívida Líquida em R\$ mil | 363.274 | 388.168 | 292.747 |
| 2 – EBITDA em R\$ mil | 286.600 | 234.922 | 182.885 |
| 3 – Dívida Líquida ÷ EBITDA (1 ÷ 2) | 1,27 | 1,65 | 1,60 |

A partir da análise dos Indicadores de Estrutura de Capitais (quadro abaixo), observa-se que a Participação de Capitais de Terceiros passou de 207,54% em 2016 para 232,06%

em 2017, reduzindo para 189,26% em 2018. A composição do endividamento, que mede o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, atingiu o valor de 28,88% em 2018.

| Indicadores | Em 31/12/2018 | Em 31/12/2017 | Em 31/12/2016 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| 1 – Passivo Circulante em R\$ mil | 249.579 | 206.431 | 194.489 |
| 2 – Passivo Não Circulante em R\$ mil | 614.565 | 661.617 | 614.686 |
| 3 – Patrimônio Líquido em R\$ mil | 456.584 | 374.057 | 389.892 |
| 4 – Investimentos, Imobilizado e Intangível em R\$ mil | 988.398 | 956.242 | 954.757 |
| 5 – Participação de Capitais de Terceiros $[(1 + 2) \div 3] \times 100$ | 189,26% | 232,06% | 207,54% |
| 6 – Composição do Endividamento $\{[(1 \div (1 + 2))] - 1\} \times 100$ | 28,88% | 23,78% | 24,04% |
| 7 – Imobilização de Capital $(4 \div 3) \times 100$ | 216,48% | 255,64% | 244,88% |
| 8 – Imobilização dos Recursos Não Correntes $[4 \div (2 + 3)] \times 100$ | 92,27% | 92,33% | 95,04% |

A métrica “Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido” apresenta resultados satisfatórios, especialmente se considerarmos que cerca de 83,08% da dívida bruta concentra-se no longo prazo (91,98% em 2016, 88,49% em 2017), conforme evidenciado no quadro a seguir:

| Descrição | Em 31/12/2018 (em R\$ mil) | Em 31/12/2017 (em R\$ mil) | Em 31/12/2016 (em R\$ mil) |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 – Endividamento Curto Prazo | 70.870 | 49.053 | 25.939 |
| (+) Empréstimos/Financiamentos | 68.471 | 46.911 | 24.027 |
| (+) Arrendamento Mercantil | 2.399 | 2.142 | 1.912 |
| 2 – Endividamento Longo Prazo | 347.899 | 377.210 | 297.402 |
| (+) Empréstimos/Financiamentos | 302.702 | 329.613 | 247.663 |
| (+) Arrendamento Mercantil | 45.198 | 47.597 | 49.739 |
| 3 – Dívida Bruta (1 + 2) | 418.770 | 426.263 | 323.341 |
| 4 – Caixa e Aplicações Financeiras | 55.495 | 38.095 | 30.594 |
| (+) Disponibilidades | 55.495 | 38.095 | 30.594 |
| 5 – Dívida Líquida (3 – 4) | 363.274 | 388.168 | 292.747 |
| 6 – Patrimônio Líquido | 456.584 | 374.057 | 389.892 |
| 7 – Dívida Líquida \div Patrimônio Líquido (5 \div 6) | 0,80 | 1,04 | 0,75 |

Para financiar o plano de investimentos, a SANASA tem recebido recursos estaduais e federais específicos para água e saneamento. Também obteve, junto às instituições

financeiras oficiais, empréstimos e financiamentos, para a realização de obras de ampliação e melhoria nos sistemas de água e esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: a) Para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 30 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 71.947 mil, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, a soma de R\$ 68.177 mil, b) Para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Iris II e III, Solar de Campinas, e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, no montante de R\$ 17.083 mil, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, o total de R\$ 8.976 mil e c) Ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, no montante de R\$ 45.998 mil, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, a soma de R\$ 22.247 mil.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia firmou dois novos contratos junto à CAIXA, também com recursos do FGTS – Programa Saneamento para Todos, sendo: a) Obras para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R\$ 141.752 mil, sendo R\$ 127.577 mil de financiamento e R\$ 14.175 mil de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado, R\$ 990 mil; b) Obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R\$ 273.419 mil, sendo R\$ 259.748 de financiamento e R\$ 13.671 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2018, já foi desembolsado, R\$ 309 mil.

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras).

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

Em 28 de maio de 2015, o conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº

356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

Essa operação possui os seguintes (*covenants*):

- I. Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e
- II. Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição dos empréstimos e financiamentos da SANASA era a seguinte:

| Financiamentos | Venc. Final | Encargos | Em R\$ mil |
|-------------------------------|-------------|---|----------------|
| CAIXA - Pro-saneamento | 2022 | Variação da UPR mais 6,5% a.a., mais taxa de risco de 1,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a. | 12.974 |
| CAIXA - Saneamento para todos | 2036 | Variação da UPR mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a. | 99.131 |
| Total Financiamento | | | 112.105 |

| Finames | Venc. Final | Encargos | Em R\$ mil |
|---------------------|-------------|---|------------|
| CAIXA | 2019 | Remuneração BNDES de 0,8% a.a. a 4,5% a.a. e Remuneração CAIXA de 1,5% a.a. a 1,7% a.a. | 780 |
| Total Finame | | | 780 |

| Empréstimos | Venc. Final | Encargos | Em R\$ mil |
|---|-------------|---|----------------|
| CAIXA | 2018 | Conta corrente | 0 |
| Banco do Brasil | 2018 | Conta corrente | 0 |
| Banco Sofisa | 2020 | Variação da CDI mais 0,85% a.m. ou 10,69% a.a. | 22.612 |
| Banco Santander | 2022 | Variação da TJLP mais 1,20% a.m. ou 15,39% a.a. | 18.784 |
| Banco Daycoval | 2021 | Variação da CDI mais 7,44% e 8,73% a.a. | 25.674 |
| Banco Fibra | 2020 | Variação da CDI mais 8,35% e 9,00% a.a. | 40.412 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 2024 | Variação do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a. | 159.902 |
| Total de Empréstimos | | | 267.384 |
| Encargos antecipados | | | -9.097 |
| Total de Empréstimos | | | 258.287 |

| Arrendamentos Financeiros | Venc. Final | Encargos | Em R\$ mil |
|---|-------------|--|---------------|
| Odebrecht Ambiental Capivari S/A | 2029 | Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m. | 47.597 |
| Total de Arrendamentos Financeiros | | | 47.597 |

| | |
|---|----------------|
| Saldo com Financiamentos, Finame, Empréstimos, e Arrendamentos Financeiros | 418.769 |
|---|----------------|

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

A SANASA obteve resultados importantes no período, mesmo em um ano marcado pela retomada lenta da economia brasileira, após um período de recessão. A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 8,51%, quando comparada ao ano de 2017, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: reajuste tarifário de 6,61% para as tarifas de água e esgoto e de 2,80% para os demais serviços, com vigência a partir de 05/02/2018, conforme Resolução ARES-PCJ nº 224/2017; e ampliação do número de clientes, sendo 6.525 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 8.676 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário.

O EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 286.600 mil em 2018, contra R\$ 234.922 mil no ano anterior, o que representa uma evolução de 22,00%. A margem

EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 31,22% em 2018, ante 27,76% em 2017. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 8,51% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações) tiveram um aumento de 3,32%.

A SANASA registrou crescimento de 36,38% no lucro líquido, que foi de R\$ 162.534 mil em 2018 (R\$ 119.176 mil em 2017), influenciado positivamente pelo aumento da receita e pela gestão de custos e despesas. A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 17,70%, ante uma margem líquida de 14,08% apurada no ano de 2017.

Em 2018, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 28,88%, frente ao índice de 23,78% registrado no ano anterior.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 39,13%, valor superior à rentabilidade obtida em 2017, de 31,20%.

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou uma redução de 6,41%, passando de R\$ 388.168 mil em 2017, para R\$ 363.274 mil em 2018. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA também foi reduzida de 1,65 vezes, em 2017, para 1,27 vezes em 2018.

O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 4,89% em 2018, superior ao índice de 4,50% apurado em 2017.

Em 2018 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 83.520 mil m³, apenas 0,08% superior ao apurado no ano de 2017. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,79% em 2018, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (38,3%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2017). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 12,95% em 2018, também inferior à média de perdas de 36,85% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Não existem eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Algumas novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios após 1º de janeiro de 2019, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, e está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras.

Em outubro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil em correlação à norma IFRS 16 (*Leases*), que determina que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo.

A Companhia arrenda veículos (tipo: passageiro, furgão e picape), camionetas, retroescavadeiras, caminhões e ônibus, cujos contratos tem duração de 1 (um) ano, mas podem ser prorrogáveis. Quando os contratos são prorrogados, seus preços podem ser reajustados com base no IGP-M (Índice de Preços ao Consumidor). No final destes contratos os bens não são repassados para o arrendatário. Os contratos de locações das retroescavadeiras, caminhões e ônibus, a mão de obra, e todas as obrigações trabalhistas, obrigações fiscais, as manutenções preventivas, manutenções, combustíveis, seguro obrigatório e seguro patrimonial é de responsabilidade do locador. Os contratos de veículos de passeio estabelecem que as manutenções preventivas, manutenções, obrigações fiscais, seguro obrigatório, seguro patrimonial é de responsabilidade do locador. A

Companhia também conta com locações de edifícios em períodos superiores a 1 (um) ano, mas são de baixos valores.

10.5 Políticas Contábeis críticas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas no quadro abaixo:

| Imobilizado | Vida Útil |
|--|------------------|
| Sistema Operativo de Esgoto | 25 anos |
| Sistema Operativo de Água | 50 anos |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto | 25 anos |
| Edificações - Esgoto | 25 anos |
| Edificações - Demais | 50 anos |
| Instalações, Móveis e Utensílios | 10 anos |
| Máquinas e Equipamentos | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Computadores e Periféricos | 5 anos |
| Máquinas Operatrizes | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: **a)** Permissão de uso de solo e **b)** Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Plano de previdência privada complementar de contribuição definida;
- Assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes; e
- Indenização por aposentadoria por invalidez.

h.1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h.2) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

h.3) Indenização por aposentadoria por invalidez

A Companhia concede aos funcionários que se aposentam por invalidez permanente, 8 (oito) salários nominais, mais o valor equivalente à multa de 40 (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

i) Redução ao valor recuperável – Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das

atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Plano de Negócios

a) Apresentação

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA Campinas) informa que seu Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada na data de 28/11/2018, o Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo para o período de 2019 a 2025, nos termos do artigo 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A elaboração do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo, que contou com a participação da Diretoria Executiva e do corpo de gestores da Companhia, foi baseada na expectativa de desempenho da empresa, considerando a recuperação da atual conjuntura econômica do país no médio e longo prazo.

Os valores apresentados a partir de 2019 são metas e previsões que envolvem riscos e incertezas, e que dependem da obtenção de recursos externos, como a solicitação de financiamentos em curso junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional.

b) Breve Histórico

A Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios são ferramentas que resultam das atividades do planejamento estratégico e foram elaboradas de forma integrada, considerando desempenhos de anos anteriores e o cenário atual, com destaque para a crise hídrica vivenciada nos anos de 2014 e 2015, bem como a implementação do Plano 300%, que tem como objetivo a universalização do saneamento, atendendo à população com 100% de abastecimento de água, 100% de esgotamento sanitário e 100% de tratamento de esgoto.

O Sistema Cantareira, localizado nas cabeceiras dos rios Atibaia e Jaguari, é formado por um conjunto de reservatórios, túneis e canais, que revertem água da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, com a finalidade de complementar o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

O volume equivalente do Sistema Cantareira, que considera o volume dos reservatórios pertencentes à bacia do rio Piracicaba (represas Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha) registrava um percentual de 48,78% de sua capacidade de armazenamento em janeiro de 2013 e passou a menos de 10% em maio de 2014 chegando ao final do mesmo ano com apenas 6,91%. Vale ressaltar que para permitir o abastecimento da população da Região Metropolitana de São Paulo, a SABESP instalou um sistema de bombeamento na represa Jaguari-Jacareí e no reservatório do Atibainha com a finalidade de captar água abaixo das comportas na área denominada “Reserva Técnica”, mais conhecida como “Volume Morto”.

Com a utilização do “Volume Morto”, a estiagem severa e as perspectivas futuras de desabastecimento, os municípios se mobilizaram na busca por outras fontes de abastecimento, na otimização de seus sistemas, na execução de obras para redução de

perdas físicas, na construção de piscinões e na conscientização da população sobre a severidade do momento, com campanhas para conscientização e redução de consumo.

Aliada a essas dificuldades há de se considerar a baixa qualidade dos mananciais, que poderia a qualquer momento comprometer, ou até mesmo, inviabilizar a captação de água bruta.

A matéria publicada no jornal Estado de São Paulo em janeiro de 2015, retrata a situação vivenciada à época: ***“(...) o estoque de água disponível para abastecer 20 milhões de pessoas na Grande São Paulo caiu 74%. Quando a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) emitiu o primeiro alerta sobre a seca do Cantareira, em 27 de janeiro de 2014, os seis mananciais que atendem a região mais rica do País somavam 1 trilhão de litros armazenados. Hoje, restam 267,8 bilhões, 12,4% da capacidade dos reservatórios. A crise começa a ganhar ares trágicos na medida em que as reservas de água continuam caindo na temporada de chuvas, fenômeno que se repete pelo segundo verão consecutivo. Esta é a pior seca nos últimos 85 anos. Mantendo esse ritmo, essa reserva pode acabar em 206 dias.”*** (Fábio Leite Rafael Italiani, O Estado de São Paulo – Metrópole – pg. A19, 25/01/2015).

Como consequência, os responsáveis pela gestão dos recursos hídricos – Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) – buscaram uma solução com a finalidade de deter o esvaziamento das represas do Sistema. Assim, em janeiro de 2015, foi publicada a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50 que estabeleceu regras e condições de restrição de uso para captações de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia. Essa Resolução foi objeto de inúmeras reuniões, que contaram com a participação da SANASA em todas as etapas de formulação. Além de estabelecer as restrições aos diversos usuários quando os reservatórios atingirem os limites de restrição e de alerta, foram definidos Pontos de Controle para o acompanhamento dos níveis dos rios. Com a mudança de metodologias para gestão dos recursos hídricos verificou-se uma melhora significativa nos volumes do Sistema Cantareira, encerrando o ano de 2015 com um índice de 22,78%, 133% superior ao verificado no início do ano.

Em 29 de maio de 2017 foi publicada a Resolução Conjunta ANA-DAEE 926/2016 referente à nova outorga do Sistema Cantareira. Essa outorga reconhece a importância das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos e estabelece a garantia de no mínimo 10 m³/s no rio Atibaia, no município de Campinas e faixas de controle com o objetivo de

garantir a segurança no abastecimento aos municípios tanto nos períodos de seca quanto nos períodos de cheia, conforme segue:

- Faixa 1: Normal – volume útil acumulado igual ou maior que 60% e limite de retirada de 33,0 m³/s;
- Faixa 2: Atenção – volume útil acumulado igual ou maior que 40% e menor que 60% e limite de retirada de 31,0 m³/s;
- Faixa 3: Alerta – volume útil acumulado igual ou maior que 30% e menor que 40% e limite de retirada de 27,0 m³/s;
- Faixa 4: Restrição – volume útil acumulado igual ou maior que 20% e menor que 30% e limite de retirada de 23,0 m³/s;
- Faixa 5: Especial – volume acumulado inferior a 20% do volume útil e limite de retirada de 15,5 m³/s.

É importante destacar que o ano de 2018 foi um ano de baixa incidência de chuvas. A Figura 1 apresenta um comparativo do volume de chuvas verificado em Campinas no período de 2000 a 2018, sendo que no ano de 2018 verificou-se um volume de chuvas de 1.154,50 mm, vale ressaltar que apenas em 2014, durante a crise hídrica, foi constatada uma incidência menor que a deste ano.

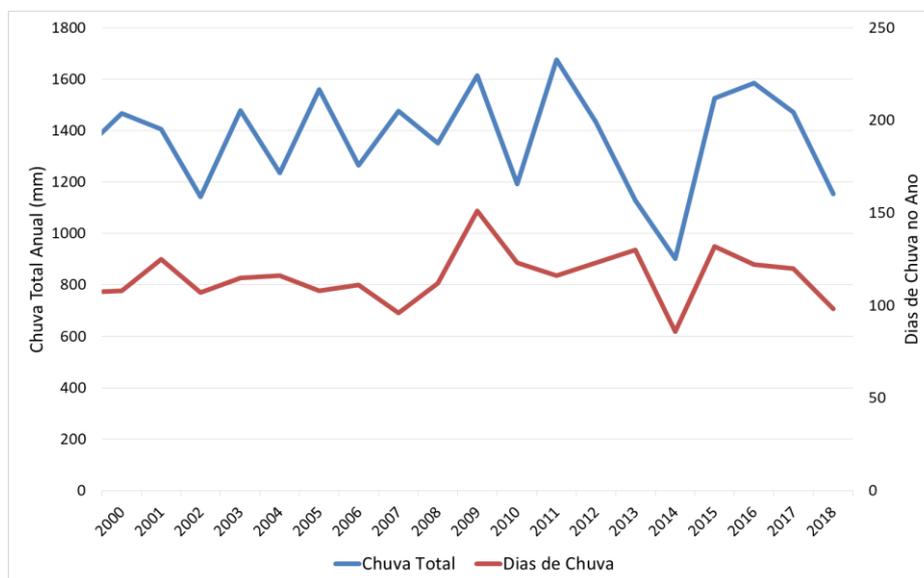


Figura 1- Incidência de Chuvas em Campinas, no período de 2000 a 2018

Em razão dos baixos volumes de afluência para o Sistema Cantareira, o volume equivalente do Sistema Cantareira verificado em 31/12/2018 registrava 39,46%, ficando

praticamente todo o segundo semestre do ano em Estado de Alerta. A Figura 2 apresenta a variação do Volume Equivalente do Sistema Cantareira, no período de 2013 a 2018.

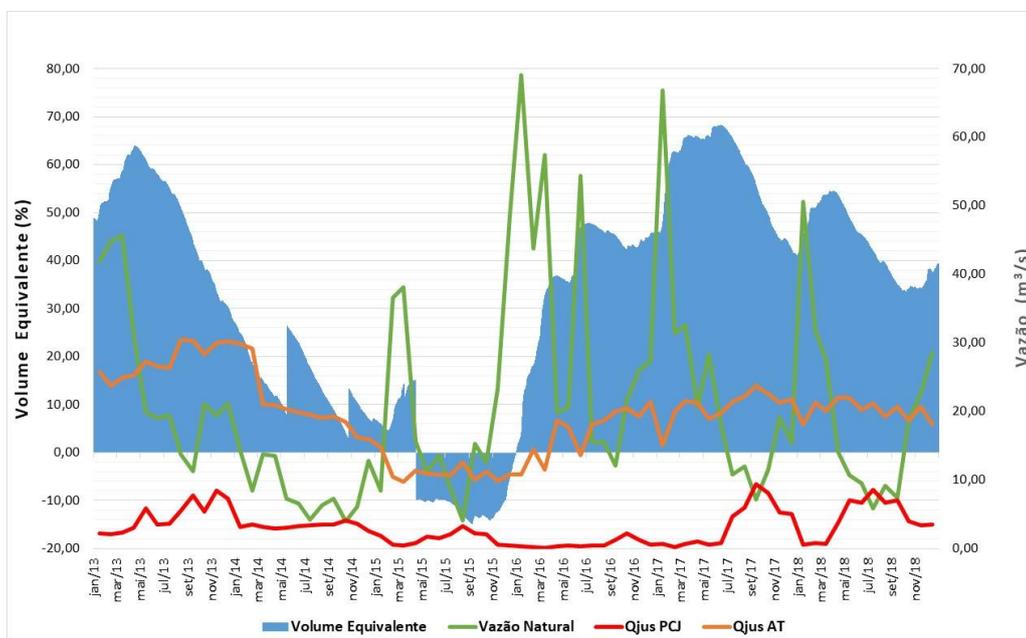


Figura 2 - Volume Equivalente do Sistema Cantareira, verificado no período de 2013 a 2018

c) Diretrizes Estratégicas

- Gestão Empresarial: Compromisso com as metas e resultados propostos no plano de negócios da empresa, com base na análise dos riscos e oportunidades.
- Responsabilidade Social: Assegurar o desempenho ético e transparente da empresa, respeitando as relações de trabalho, os clientes, a comunidade e o meio ambiente e praticando tarifas socialmente justas e economicamente viáveis.
- Vanguarda Tecnológica: Utilizar soluções inovadoras nos processos tecnológicos e operacionais, promovendo parcerias internas e externas, com certificações e acreditações.
- Sustentabilidade: Assegurar as práticas de sustentabilidade socioambiental, visando a perenidade do negócio.

d) Onde Estamos

Com o advento da maior crise hídrica dos últimos anos, a SANASA, durante os anos de 2014 e 2015, focou todos os seus esforços a fim de prevenir o desabastecimento, evitar o racionamento e manter sua economia em níveis operacionais aceitáveis.

Seguindo as diretrizes anteriormente estabelecidas no início da crise, intensificou-se o monitoramento dos rios Atibaia e Capivari quanto à qualidade e quantidade, bem como, a qualidade de água tratada e distribuída à população. Desta forma, houve a necessidade de revisão do Plano de Segurança da Água (PSA) e otimização dos sistemas de tratamento de água.

A SANASA faz o monitoramento de seus mananciais em três pontos ao longo do rio Atibaia, desde o município de Atibaia até à captação de Campinas, em Sousas, e no rio Capivari em outros dois pontos, com coleta semanal. Além disso, é feito o monitoramento em 251 pontos na rede de distribuição de água, sendo que, no ano de 2018 foram coletadas 4.786 amostras, que resultaram em 51.893 exames de avaliação da potabilidade da água, em atendimento à Portaria de Consolidação nº 5, Anexo XX, do Ministério da Saúde.

Neste ano, além da continuidade das obras do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foram contratados os projetos relativos às obras contratadas junto à Caixa Econômica Federal, Cédulas de Crédito Bancário 441.917-02 e 441.921-63, que compreendem:

- CCB 441.917-02 – Sistema de Abastecimento de Água:
 - Adutora de água bruta, com extensão de 2.700 m e 1.000 mm de diâmetro;
 - 6 subadutoras, com extensão de 31.230 m;
 - 27 reservatórios, totalizando 65.330 m³ de reservação;
 - 4 estações elevatórias;
 - 57.828 m de redes de distribuição de água.

- CCB 441.921-63 – Sistema de Esgotamento Sanitário:
 - Ampliação / otimização de 6 estações de tratamento de esgoto;
 - 21 estações elevatórias de esgoto;
 - 17.226 m de linhas de recalque;
 - 30.040 m de interceptores e coletores tronco;
 - 141.858 m de redes coletoras de esgoto.

Em parceria com a Secretaria de Serviços Públicos, o IAC – Instituto Agrônomo de Campinas e a CEASA – Centrais de Abastecimento de Campinas S. A., a SANASA está implementando o projeto de compostagem dos resíduos de lodo, poda e FLV (frutas, legumes e verduras), gerando como produto final um fertilizante que poderá ser aplicado

na agricultura. Para a viabilização deste projeto a SANASA está adquirindo três equipamentos: triturador de resíduos; compostador e peneira rotativa, totalizando R\$ 5.837.300,00 de recursos.

Durante o ano de 2018 foram executadas 11.182,22 m de redes de água em bairros; 15.026,66 m de redes coletoras de esgoto; trocados 22,21 km de redes de água. Além disto, foi preparada a documentação para a viabilização de novos recursos financeiros para execução do Retrofit da ETE Anhumas, troca de 423,6 km de redes de água e Retrofit da ETA 2, com a desativação da ETA 1.

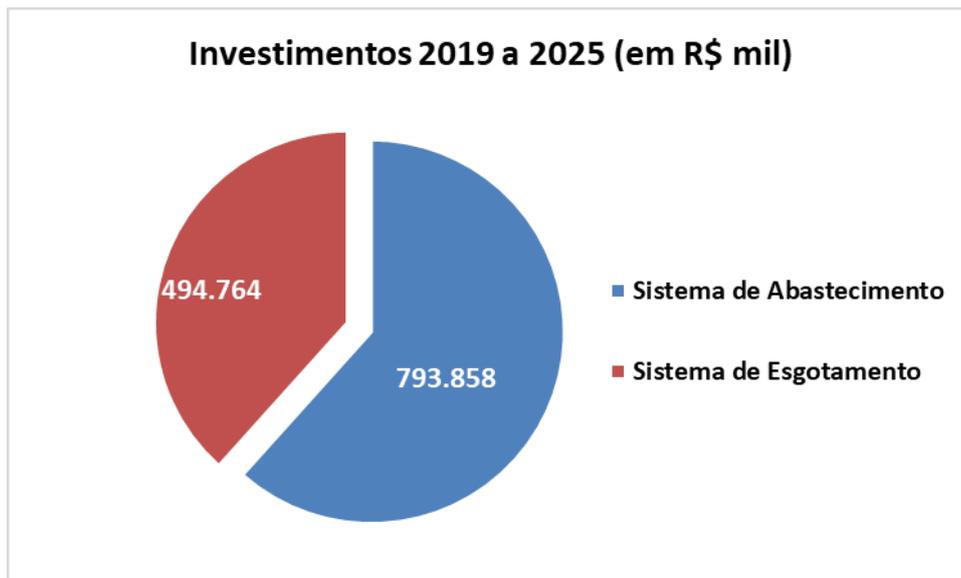
e) Onde Pretendemos Chegar

Metas Empresarias:

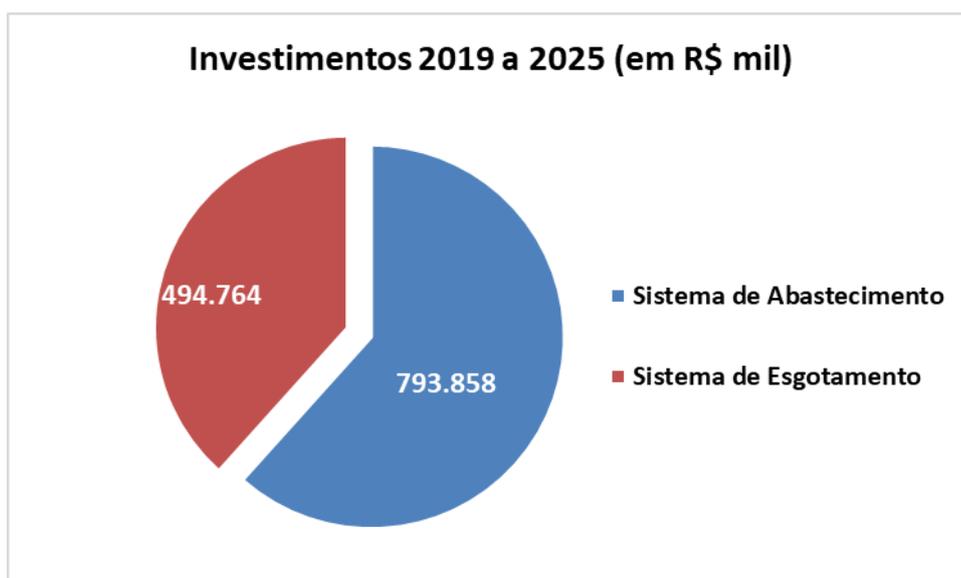
- 100% de abastecimento de água;
- 100% de coleta e afastamento de esgotos;
- 100% de tratamento de esgotos;
- Garantia de abastecimento;
- Novos negócios na área de saneamento;
- Índice de satisfação dos clientes de 96%.

f) Como Chegaremos Lá

A Estratégia de Longo Prazo, para o período de 2019 a 2025, contempla os investimentos a serem realizados pela Companhia, com ênfase na universalização do saneamento básico do município de Campinas. Do total a ser investido, cerca de 62% será destinado ao sistema de abastecimento e água e 39% ao sistema de esgotamento sanitário, conforme evidenciado no Gráfico a seguir:



Vale ressaltar que a execução dos investimentos previstos depende de recursos de financiamentos a serem obtidos junto à Caixa Econômica Federal. Todavia, essa contratação passa pelas fases de seleção, hierarquização, viabilidade técnico-financeira e habilitação de Cartas Consultas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. O gráfico abaixo demonstra o montante de recursos a serem obtidos, segregados em sistema de abastecimento e esgotamento:



g) Gestão de Riscos

Os fatores de riscos que poderiam influenciar a decisão sobre investimentos são baseados nos riscos corporativos voltados à missão da empresa, conforme abaixo:

1. Risco referente ao abastecimento de água;
2. Risco referente ao tratamento de esgoto;
3. Risco de não atingir as metas que somam 300%;
4. Risco de não execução de projetos e obras;
5. Risco de *Compliance*;
6. Interrupções no fornecimento de energia elétrica;
7. Falta de produtos químicos;
8. Risco referente à cadeia de fornecedores;
9. Queda de faturamento;
10. Mudanças em políticas fiscais e tributárias;
11. Risco relacionado à regulação dos setores em que a empresa atua.

Os principais aspectos do monitoramento de riscos são:

- Ações mitigatórias – ações da empresa para evitar que os riscos ocorram;
- Indicadores – termômetros para análise e monitoramento dos riscos.

10.8 Outros fatores com influência relevante

Não aplicável